

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlsea Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlsea Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lúcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlsea Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

RESOLUÇÃO N.º 11-74

DATA: 21 de maio de 1974

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social, Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., objetivando desenvolvimento das Agro-Indústrias Paranaenses.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 de Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com a intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social e do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., objetivando a realização de estudos para o desenvolvimento das agro-indústrias paranaenses.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 12-74

DATA: 22 de maio de 1974.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a Implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 de Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de janeiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 13-74

DATA: 27 de maio de 1974

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "Vacina Era".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 de Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de agosto de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "VACINA ERA".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de maio de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 191-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.891-74, de 20 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar a pedido, o funcionário Frederico Ernesto Cordeiro Wirmond, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 09 de abril de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 192-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 926-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Walter Adão Pinto de Macedo ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 193-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 741-74, de 07 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Walter José Feixer, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classe de Técnico em Administração do Grupo Ocupacional de Técnico Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 194-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 776-74, de 12 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar para todos os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 130, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Fausto Luiz Abry, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, sete (07) meses e vinte e nove (29) dias, compreendido entre 20 de janeiro de 1952 e 18 de setembro de 1953, em que prestou serviços à Câmara Municipal de Antonina.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 195-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.100-74, de 28 de fevereiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Jorge Kudri, ocupante do cargo de nível PL "24", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 20 de fevereiro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 196-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 523-74, de 29 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Duílio Dias, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Administrativo do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 197-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 541-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Carlos Pereira ocupante do cargo de nível PL "24", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 198-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 542-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de Blumer Bosquilha, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 199-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 545-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Jorge Mathias Junior, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 200-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 562-74, de 30 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo

Art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Agildes de Oliveira Martins, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 201-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 591-74, de 31 de janeiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Nelson Ferreira de Araujo Filho, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 202-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 765-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Edmir Enesio da Silva, ocupante do cargo de nível PL "20" da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 203-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 889-74, de 18 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Gaudência Gil Teixeira, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 204-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 935-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Orlando Moro, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 205-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 957-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Jair, Cordeiro Ferreira Alves, ocupante do cargo de nível PL 22, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 206-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 979-74, de 19 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ivo Gusso, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 207-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 936-74, de 20 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Guilhermino Filgueiras, ocupante do cargo de nível PL 21 da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Grupo Ocupacional Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 208-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.011-74, de 20 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Cenira dos Santos Freitas, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Flenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 209-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 754-74, de 11 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Lindamir dos Santos, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973 e de quinze (15) dias de 1972, que deixou de gozar.

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de hum (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 1.º de agosto de 1953 e 1.º de abril de 1953, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1954 e 1959, contadas em dobro.

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mencionada Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 1.º de abril de 1963 e 1.º de fevereiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1964 e quinze (15) dias de 1965, contadas em dobro.

IV — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 4.º, e respectivo parágrafo, da Resolução n.º 2-64, de 21 de fevereiro de 1964, que, não obstante revogados pela Resolução n.º 5-69, de 28 de abril de 1969, ressalvou os direitos até então adquiridos, a partir, porém, de 11 de fevereiro de 1969, por força da prescrição quinquenal de que trata o Art. 178, § 10, inciso VI, do Código Civil Brasileiro, cujo benefício, somado aos anteriormente concedidos, perfaz um total de vinte e cinco por cento (25%).

V — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, correspondente ao terceiro quinquênio, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir também de 11 de fevereiro de 1969, por força das respectivas disposições prescricionais, perfazendo um total de quinze por cento (15%); e,

VI — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 1.º de fevereiro de 1972, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1954 e 1959 e de quinze (15) dias de 1964, e quinze (15) dias de 1965, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 210-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.119-74, de 26 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o item I dos Decretos Legislativos nrs. 264-73, de 11 de abril de 1973 e 436-73, de 02 de julho de 1973;

II — designar o funcionário Luciano Antonio Bittencourt, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança da ARENA, percebendo as vantagens inerentes ao cargo; e,

III — atribuir gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, a

Revercindo Ribeiro de Lima, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da Liderança da ARENA.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 211-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 867-74, de 15 de fevereiro de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Enio Santangelo Malheiros, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 25 de setembro de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 212-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 382-74, de 23 de janeiro de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Norberto Husch, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%) a partir de 18 de setembro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 213-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.033-74, de 21 de fevereiro de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Madalena Maria de Lima, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 214-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.157-74, de 1.º de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Maria Zanardini de Camargo, ocupante do cargo de nível de provimento efetivo de Assistente Técnico, do Quadro Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 215-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.145-74, de 1.º de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Gabriel Quesada Filho, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 216-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.161-74, de 1.º de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Alfredo Presta, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 217-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.177-74, de 04 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Luiz Antonio Caron, ocupante do cargo de nível PL (29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 218-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.196-74, de 04 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Alba Lígia Araújo e Garcia, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 219-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.209-74, de 04 de março de 1973, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Iracilda Silva Sertorio, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 220-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.217-74, de 04 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio Garcia, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 221-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 446-74, de 24 de janeiro de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Alceu Ivo Costacurta, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1972 e das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 222-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.226-74, de 04 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Isaura Bravos, ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 223-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.229-74, de 04 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Maria Aparecida do Rocio Gebran do Amaral, ocupante do cargo de nível PL "23", da

Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 224-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.303-74, de 05 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Umbelina Carrano dos Santos, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) João Mansur — Presidente.
- a) Jorge Sato — 1.º Secretário.
- a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 225-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.392-74, de 06 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio Carlos Itibere da Cunha, ocupante do cargo Isolado de provimento efetivo, de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 226-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.369-74, de 06 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Maria Dolores Tulio Barulk, ocupante do cargo de nível PL 14, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 227-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.381-74, de 06 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Emílio Mauro Barbosa, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 228-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.403-74, de 06 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Gersos Evangelista Passos, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 229-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.438-74, de 07 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio Carlos Lacerda ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, corres-

pondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971, 1972 e 1973 que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 230-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 164-74 de 14 de janeiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Wilson Ramos, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 231-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, regulamenta a concessão de diárias aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia:

Art. 1.º — Aos funcionários que, em viagem, quando autorizados pelos membros da mesa, titulares das Lideranças ou Diretor Geral, forem deslocados da Assembleia Legislativa do Estado no desempenho de suas atribuições ou das que lhe forem conferidas, serão concedidas diárias, a título de indenização das despesas relativas a pousada e alimentação.

§ único — Não se aplica o disposto neste artigo o funcionário que se deslocar para fora do país ou que estiver servindo no estrangeiro.

Art. 2.º — O valor da diária será arbitrado, em cada caso, pelo Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa, tendo em vista o padrão de vencimento e o custo das utilidades no lugar onde se tenha deslocado, não podendo, nunca, ser inferior a trinta e cinco cruzeiros, nem superior a cento e cinquenta cruzeiros sendo, que na Capital do País haverá, sobre o arbitramento, um acréscimo percentual de vinte por cento (20%).

Art. 3.º — Mediante requerimento do Diretor Geral, as diárias poderão ser pagas adiantadamente, até dois terços da duração presumível do deslocamento do funcionário, com obrigatoriedade de acordo de contas dentro de quinze dias, após a sua volta.

§ único — O funcionário que deixar de prestar contas, no prazo estabelecido neste artigo, ficará sujeito à punição disciplinar.

Art. 4.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 232-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12.830-73, de 21 de dezembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Aldinar Muniz Correia de Freitas, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 03 de dezembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 233-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.218-74, de 27 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

comprar a Comissão de Instalação do Novo Plenário desta Assembleia Legislativa, sob a presidência da Comissão de Obras, ficando designados os seguintes funcionários: Sérgio Motter — D.E.O.E., Adalberto Nikel — CESBE, Zeno Paciornik, Carlos Douglas Bukowski e Ivo Gusso — Assembleia Legislativa.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 234-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.734-74, de 18 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Ayrton Precorna, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 235-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.163-74, de 23 de abril de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

atribuir a João Maria de Jesus Campos Araujo, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, função gratificada corres-

pondente ao símbolo F-4, conforme o artigo 15, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1.º de março de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 236-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.606-74, de 12 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar a Leonilda Guerreiro Carneiro, viúva do ex-servidor da Secretaria desta Assembléia, Antonio Alves Carneiro, o salário família a que tem direito, nos termos do parágrafo único, do Art. 195, e Art. 196, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 25 de setembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 237-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.649-74, de 3 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo n.º 288-74, de 04 de abril de 1974, que autoriza o funcionário Lazaro Caetano da Silva, ora à disposição desta Assembléia a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de abril de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 294-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 802-74, de 12 de fevereiro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Joel Nelson Hecke, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes do Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1972 e 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 295-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 21-74, de 07 de janeiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do inciso IV, do Art. 130, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Ader, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes do Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de vinte e três (23) anos, dez (10) meses e dezoito (18) dias, compreendido entre 1.º de julho de 1926 e 19 de maio de 1950, em que prestou serviços à Companhia Força e Luz do Paraná, hoje incorporada à Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 305-74

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

constituir Comissão Especial, composta pelos funcionários Rui Ferraz da Carvalho, Dorizon Salgado Bueno, Francisco José da Cunha Gebran e José Maria Zanardini de Camargo, com a finalidade de, sob a Presidência do primeiro apresentar propostas de promoção por antiguidade e por merecimento, para as vagas do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do disposto no Art. 74, e seguintes, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de maio de 1974.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

Ata da 81ª Sessão Ordinária

Realizada em 09 de Maio de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Agnaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Emílio Carazzini — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Lasso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Du-

mont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Palo Camargo — Quiêlse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Francisco Escorsin — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli e Xenofonte Villanueva. (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 293-73.

O SR. PRESIDENTE. — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. IVO THOMAZONI. — Sr. Presidente. nobres Srs. Deputados. Ocupo esta Tribuna para informar os Srs. Deputados sobre dois assuntos, uma comunicação feita por S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde Pública, Dr. Ivan Beira Fontoura.

Diz S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios da Saúde Pública:

"Tão logo esta Secretaria tomou conhecimento da denúncia da existência de grande número de casos de meningites em Santo Antônio da Platina, por parte do ilustre Deputado Domicio Scaramella, deslocou para lá uma equipe de médicos epidemiologistas, a exemplo do que, recentemente, fez em relação a Irati e a Guaraniaguá.

Como V. Exa. não ignora, estamos com uma incidência algo maior do que a habitual, embora não alarmante, de casos de meningite meningocócica.

Este fenômeno é a continuação do problema que enfrentamos no ano passado. Todavia, a incidência não é alarmante e estamos exercendo severa vigilância, face à aproximação dos meses frios, quando ela normalmente aumenta.

Em Santo Antônio da Platina houveram, neste ano, 4 casos, 2 dos quais fatais. Fica esclarecida a situação naquela cidade e solicito a V. Exa. dê conhecimento ao Deputado Scaramella do que foi averiguado e do nosso agradecimento pelo seu zelo na defesa da saúde do povo."

Outra informação que trago à Tribuna diz respeito a solicitação do Sr. Dr. José Marcos Prado, Diretor do Detran, que está vasada nos seguintes termos: (1):

"Senhor líder.

O respeito e a amizade que me ligam aos Senhores Deputados de ambos os partidos obrigam-me a prestar a essa Casa o seguinte esclarecimento: Pedi, ontem, um Deputado, que o Diretor do Detran revelasse os nomes dos que fizeram pressão para que fosse revogada a portaria de apreensão dos táxis que trabalhassem fora dos seus Municípios, conforme teria sido dito em uma entrevista.

Ora, tivesse sido lida a entrevista citada, não poderia haver... tal reação porque lá, de forma clara, estava dito que os motoristas de táxi de Curitiba, apreensivos quanto a Pressões de políticos a favor dos "piranhas" perguntavam qual seria a reação do Diretor do Detran.

A resposta também clara, foi a de que qualquer grupo seria recebido desde que com a presença da imprensa para que fosse conhecida a posição de cada um.

Penso que a resposta esclarece minha posição. Não posso revelar o que não sei, como não posso retirar o que não disse.

Aproveito o ensejo para apresentar aos membros dessa Casa meus protestos da maior consideração."

Está assinada pelo Dr. José Marcos Loureiro Prado.

Esse o esclarecimento que o Diretor do Detran pretendia dar, que tendo recebido uma Comissão de piranhas, desejando uma entrevista com o Sr. Diretor, tendo-lhe sido negada, porque o Sr. Diretor havia se comprometido a cumprir nos termos do julgado do mandado de segurança do egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado, não poderia recebê-los para mudar a posição do Detran.

Quando perguntado se receberia aquela Comissão, acompanhado por um grupo de políticos, o Diretor do Detran haveria informado que receberia e que, todavia, pretenderia, na oportunidade, identificá-los, para que não se continuasse a fazer jogo duplo:

De um lado, pretendendo estar defendendo interesses dos piranhas e de outro lado, para os sindicatos de condutores autônomos, de que estava pretendendo defender os interesses dos motoristas autônomos.

Era o esclarecimento que pretendia dar, por solicitação do Diretor do Detran. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 37 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 4-74, ex-Proposição n.º 118-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Centrais de Abastecimento S. A. — CEASA-FR., com finalidade que especifica. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 253-73, de autoria do Dep. Quiêlse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de

Campina Grande do Sul, o trator que especifica de propriedade da Secretaria da Agricultura e de posse do referido Município, em comodato. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 9-74, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo criar as "Áreas Climáticas" do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10-74, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública a Organização Espirita Cristã "Irmã Scheilla", com sede na Cidade de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que dá nova redação ao artigo 3.º da Resolução n.º 19-69, de 15-08-69, já alterado pelo artigo 1.º da Resolução n.º 4-70, de 26-5-70. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 72-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O art. 3.º da Resolução n.º 19-69, de 15 de agosto de 1969, alterado pelo art. 1.º da Resolução n.º 4-70, de 26 de maio de 1970, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 3.º — A verba de Assistência Social poderá ainda ser aplicada no pagamento de prestação de serviços de beneficência; na aquisição de livros técnicos, didáticos, literários e científicos, destinados a bibliotecas públicas ou de sociedades culturais; na aquisição de sementes por intermédio de Prefeituras Municipais, de entidades de utilidade pública ou que prestem serviços gratuitos à coletividade; na aquisição de material destinado à inseminação artificial ou de animais reprodutores, para servir gratuitamente a criadores e para auxiliar entidades de serviço na realização de cursos de bordado, corte e costura e atividades afins".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

O projeto trata de ampliar a faixa de aplicação da verba de assistência social, a cargo do deputado, com a finalidade principal de proporcionar maior flexibilidade no estabelecimento da política de distribuição dos citados recursos.

Tal ampliação é benéfica, especialmente no caso de áreas cuja carência de auxílio se concentra num dos setores de atividade objeto da discriminação contida na proposição em tela.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 72-73

Autor: — Dep. Antonio Lopes Junior.

I) — O presente Projeto, conforme justificativa do autor, tem por objetivo principal ampliar a faixa de aplicação da verba de assistência social dos Senhores Deputados.

Assim também o entendemos, visto estarmos em permanente contacto com o povo do interior, a quem é entregue a maior parte desta verba.

II) — Quanto ao aspecto legal ou constitucional, competência atribuída a esta Comissão para opinar, nenhum impedimento existe que possamos anteopor ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 1.º — 4 — 1974

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 72-73, de autoria do nobre Deputado Antonio Lopes Júnior, que dá nova redação ao Artigo 3.º, da Resolução n.º 19-69, de 5-08-69, já alterado pelo Artigo 1.º, da Resolução n.º 4-70, de 26-05-1970.

2. Hâvendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado sobre a legalidade e juridicidade da matéria e, com sua aprovação, incorrendo implicações de ordem econômica ou financeira, mas, ao contrário, favorecendo a melhor aplicabilidade da verba de Assistência Social e dando-lhe assim maior perspectiva de atingimento dos objetivos para os quais foi instituída, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, não vê como deixar de manifestar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução em testilha, fazendo questão ainda que fique consignado nestes Autos seu louvor ao nobre Deputado signatário e autor da proposição, pela oportunidade de sua apresentação.

Pela APROVAÇÃO é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de 4 de 1974.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

João C. Fadel

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 262-73, que aprova Convênio de Colaboração, celebrado entre a Fundação Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística — IBGE — e o Estado do Paraná, com intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com finalidade que especifica Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 5-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de colaboração, celebrado em 14 de novembro de 1973, entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e o Estado do Paraná, com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetivando a realizar estudos e programas de trabalho, bem como levantamentos e estudos especiais nas áreas de sua competência, para fins de planejamento a nível estadual.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Wilson F. Fortes

RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

A PROPOSIÇÃO N.º 262-73 — MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 108-73.

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 108-73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio de colaboração, celebrado em 14 de novembro de 1973, entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e o Estado do Paraná, com intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetivando realizar estudos e programas de trabalho, bem como levantamentos e estudos especiais nas áreas de sua competência, para fins de planejamento a nível estadual.

2 — Com a iniciativa de propor a medida antes referida, está o Senhor Chefe do Poder Executivo, exercitando competência que lhe é deferida pela Constituição Estadual — art 47, inciso IX — e por força do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a esta Casa referendar o aludido Convênio, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

PRESIDENTE

(Assinatura Ilegível)

Wilson F. Fortes

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

MENSAGEM N.º 108-73

Curitiba, 29 de novembro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de colaboração celebrado em 14 de novembro de 1973, entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e os Estados da Federação, inclusive o Paraná, com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

Convênio de colaboração que entre si celebram de um lado, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e, de outro, os Estados do Acre — Alagoas — Amazonas — Bahia — Ceará — Espírito Santo — Goiás — Maranhão — Mato Grosso — Minas Gerais — Pará — Paraíba — Paraná — Pernambuco — Piauí — Rio Grande do Norte — Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro — Santa Catarina — São Paulo — Sergipe — Distrito Federal, com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE, doravante denominada IBGE, representada, neste ato, por seu Presidente, ISAAC KERSTENETZKY, de acordo com o art. 19, letras e m do Estatuto em vigor, na conformidade do art. 29 da Lei n.º 5.879, de 11 de maio de 1973, e os Estados do Acre representado pelo Sr. Sansão Ribeiro de Souza, Diretor do Departamento de Planejamento e Coordenação Geral; Alagoas representado pelo Sr. Denedito Hiby Cerqueira, Secretário de Planejamento; Amazonas representado pelo Sr. Ozias Monteiro Rodrigues, Subsecretário de Planejamento e Coordenação Geral; Bahia representado pelo Sr. Francisco Antônio Dantas Monteiro, Diretor do Departamento de Geografia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia; Ceará representado pelo Sr. Luiz Sérgio Gadelha Vieira, Secretário de Planejamento; Espírito Santo representado pela Sra. Aloriss Virginia Rodrigues de Freitas, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico; Goiás representado pelo Sr. Nelson Teixeira Leão, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; Maranhão representado pelo Sr. José Reinaldo Tavares, Secretário de Planejamento; Mato Grosso representado pelo Sr. Sebastião Aroldo Rastrup, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; Minas Gerais representado pelo Sr. Arnaldo Martins Borges, Diretor Geral do Instituto Estadual de Estatística; Pará representado pelo Sr. Roberto José Barbosa de Oliveira, Secretário Geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social; Paraíba representado pelo Sr. Cesar de Paiva Leite,

Secretário de Planejamento; Paraná representado pelo Sr. Ivo Simas Moreira, Secretário de Planejamento, Pernambuco representado pelo Sr. Olimpio José de Arroxelas Galvão, Coordenação Geral do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco; Piauí representado pelo Sr. Antônio de Paiva Franco Ramos, Secretário de Planejamento; Rio Grande do Norte representado pelo Sr. Marcos Cesar Formiga, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; Rio Grande do Sul representado pelo Sr. Carlos Vorisimo de Almeida Amaral, Secretário de Coordenação e Planejamento; representado pelo Sr. Darcy Campos de Medeiros, Presidente do Conselho de Planejamento e Coordenação; Santa Catarina representado pelo Sr. José Arnaldo Mezzari, Coordenador de Pesquisa e Estatística da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; São Paulo representado pelo Sr. José Tiacci Kirsten, Diretor Geral do Departamento de Estatística da Secretaria de Economia e Planejamento; Sergipe representado pelo Sr. Jacó Charcot Pereira Rios, Secretário de Planejamento; Distrito Federal representado pelo Sr. Jairo Gomes da Silva, Secretário do Governo, doravante denominados Estados, e, como interveniente, a Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, representada por Affonso Armando de Lima Vitula, Secretário Geral em exercício, reunidos por ocasião do V. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento, em Porto Alegre, no período de 12 a 14 de novembro de 1973:

CONSIDERANDO que a atuação do IBGE, nos termos do art. 2.º, § 1.º, da Lei n.º 5878, de 11 de maio de 1973, se exerce mediante a produção direta de informações e a coordenação, a orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas dos sistemas estatísticos e cartográficos nacionais;

CONSIDERANDO que, para desempenho de suas atribuições é facultado ao IBGE firmar acordos, convênios e contratos com entidades públicas e privadas, na forma do art. 8.º do citado diploma legal;

CONSIDERANDO a importância da produção de informações estatísticas para o planejamento dos Estados e a necessidade do aperfeiçoamento técnico e administrativo de suas unidades de Estatística;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 5878, de 11 de maio de 1973, que estabeleceu nova estruturação e o funcionamento, de forma integrada, ao IBGE, manteve os princípios de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios consagrados pela Convenção Nacional de Estatística e pelos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

AJUSTAM o presente Convênio, regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O IBGE promoverá com os Estados, na forma do art. 7.º da Lei n.º 5878, de 11 de maio de 1973, reuniões nacionais e regionais visando à discussão de programas de trabalho e de assuntos técnicos, nas áreas de competência do IBGE.

CLÁUSULA SEGUNDA

O IBGE, colocará à disposição dos Estados, sempre que disponíveis, os dados e apurações de sua competência e poderá, quando solicitado pelos Estados, realizar, com ou sem ônus para estes: I — levantamentos e estudos especiais nas áreas de sua competência, para fins de planejamento a nível estadual (art. 3.º da Lei n.º 5878-73); II — ampliação de inquéritos e elaboração de tabulações específicas de dados não previstos nos seus planos normais de tabulação. ?

CLÁUSULA TERCEIRA

Os Estados colocarão à disposição do IBGE, sempre que disponíveis, os dados decorrentes de apurações efetuadas e os relativos a registros administrativos e poderão realizar, quando solicitados pelo IBGE, com ou sem ônus para estes, atividades na área de competência do IBGE.

CLÁUSULA QUARTA

O IBGE assegurará aos Estados, segundo as condições disponíveis de execução, apoio para a modernização das unidades estaduais de estatística, através de sua reestruturação técnico-administrativa e do treinamento e aperfeiçoamento de profissionais e especialistas nas atividades correspondentes às áreas de sua competência (art. 2.º § 2.º e art. 3.º da Lei n.º 5878-73), cabendo aos Estados criar as condições necessárias à efetivação desse apoio.

CLÁUSULA QUINTA

A execução do presente Convênio no que respeita ao inciso V da Cláusula Primeira do Convênio de Intercâmbio de Informações para o Planejamento, celebrado em Brasília, a 14 de setembro de 1972, entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e os Governos dos Estados e o Distrito Federal, se fará em articulação com a Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM).

El por estarem justos e acordados as partes convenientes, devidamente credenciadas, assinam o presente Convênio, na presença das testemunhas adiante arroladas.

Porto Alegre, 14 de novembro de 1973.

(Assinatura Illegível)

Secretário Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
(Assinatura Illegível)

Convênio de colaboração que entre si celebram de um lado, a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE e, de outro, os Estados do Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe; Distrito Federal; com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Governo do Estado do Acre

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado de Alagoas

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado de Amazonas

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado da Bahia

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Ceará

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Espírito Santo

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado de Goiás

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Maranhão

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado de Mato Grosso

(Assinatura Illegível)

Convênio de colaboração que entre si celebram de um lado, a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE e, de outro, os Estados do Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe; Distrito Federal; com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Governo do Estado de Minas Gerais

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Pará

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado da Paraíba

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Paraná

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado de Pernambuco

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Piauí

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Rio Grande do Norte

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado do Rio de Janeiro

(Assinatura Illegível)

Convênio de colaboração que entre si celebram de um lado, a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE e, de outro, os Estados do Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe; Distrito Federal; com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Governo do Estado de Santa Catarina

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado de São Paulo

(Assinatura Illegível)

Governo do Estado de Sergipe

(Assinatura Illegível)

Governo do Distrito Federal

(Assinatura Illegível)

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 12-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 31-74, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando desenvolver programa sobre Estudo para Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

PROPOSIÇÃO N.º 31-74

PARECER

A proposição em tela resulta de um convênio, que o Executivo submete e apreciação da Casa, celebrado com a SUDESUL, visando o desenvolvimento de um programa de estudos e pesquisas tendente a dar continuidade ao "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná", no sentido da implementação de suas recomendações.

No texto do Convênio está resguardado o interesse público estadual, no que tange à participação técnica, financeira e de pessoal, sem contar o objetivo do programa que é todo ele centrado em vantagens para o Estado.

Por tais motivos, opino pela aprovação do convênio, nos termos do Projeto de Resolução que segue:

Sala das Comissões, 1-4-74.

Ass. Illegível — Presidente

Erondy Silvério — Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-74

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, — e o Estado do Paraná, objetivando o desenvolvimento de um programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná", em 31 de janeiro do corrente ano.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 1-4-74

Ass. Illegível — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ass. Illegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

1. Tratem os Autos do Projeto de Resolução n.º 12-74, ex-Proposição n.º 31-74, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, — e o Estado do Paraná objetivando desenvolver programa sobre "Estudo para Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná", cuja cópia autêntica de inteiro teor foi encaminhada para referendo deste Poder Legislativo capeada pela Mensagem Governamental n.º 7-74, de 19 de fevereiro de 1974.

2. Sendo evidente o interesse público como se depreende do próprio texto do convênio celebrado e considerando-se que as implicações de ordem financeira que advirão ao Estado do Paraná em decorrência de sua aprovação são as normais para tal tipo de cometimento da administração pública não vê esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar

de manifestar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução testilhado.

Pela Aprovação, é o Parecer s.m.j.
Sala das Comissões, 23 de abril de 1974.
Ass. Ilegível — Presidente
JOÃO C. FADEL — Relator
Ass. Ilegíveis

MENSAGEM 7-74

Curitiba, 19 de fevereiro de 1974.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 07-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná objetivando a realização de Estudos para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMILIO GOMES — Governador do Estado

CONVENIO N.º 07-74

Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o desenvolvimento de um programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná".

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Doutor Emilio Hoffmann Gomes, adiante designado simplesmente "ESTADO" e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, adiante denominada "SUDESUL", tem justo, certo e combinado a celebração do presente Convênio, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Do Objeto:

O presente Convênio visa o desenvolvimento, em regime de mutua colaboração, de um programa de estudos e pesquisas visando a continuidade do recém concluído "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná" e a definição dos instrumentos mais adequados para a implementação de suas recomendações.

CLÁUSULA SEGUNDA: — Do Plano de Trabalho:

As atividades de que trata a Cláusula anterior, serão desenvolvidas conforme o Plano de Trabalho constante do Programa de Manutenção da equipe de trabalho do Projeto Noroeste, incluso no processo protocolado na "SUDESUL" sob número 8263-73, que integra o presente, independentemente de transcrição, e compreenderá basicamente:

a) — Leitura e revisão técnica do Relatório Final do Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná, com vistas a sua publicação;

b) — Seleção de linhas prioritárias para pesquisas dentre as sugeridas no Estudo, bem como a sua montagem e desenvolvimento;

c) — Definição e montagem do sistema necessário a implementação das recomendações constantes no Estudo.

CLÁUSULA TERCEIRA: — Dos Executores:

Fica estabelecida a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de executar as atividades constantes no Plano de Trabalho, bem como promover as gestões necessárias à plena consecução dos objetivos propostos no presente Convênio.

Parágrafo Primeiro: — Compete às partes convenientes, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura deste Convênio, indicar, cada uma, dois representantes para o Grupo de Trabalho, sendo um titular e outro suplente.

Parágrafo Segundo: — Caberá ao representante do "ESTADO", a direção do Grupo de Trabalho, ficando diretamente responsável pela execução das atividades constantes do Plano de Trabalho citado.

Parágrafo Terceiro: — Caberá ao representante da "SUDESUL", o acompanhamento periódico das atividades objeto do presente Convênio.

Parágrafo Quarto: — As linhas de atuação do Grupo de Trabalho, serão definidas em comum acordo pelos representantes do "ESTADO" e da "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA: — Obrigações do Estado:

A "SUDESUL" competirá proporcionar as instalações físicas, compreendendo salas e móveis necessários ao funcionamento do Grupo de Trabalho. Igualmente, os equipamentos de trabalho (máquinas de escrever, calcular, copiadora e material para desenho) serão fornecidos pelo "ESTADO" que propiciará ainda um veículo, para atendimento do Grupo de Trabalho. O pessoal técnico e administrativo que comporá o Grupo de Trabalho será contratado pelo "ESTADO".

CLÁUSULA QUINTA: — Obrigações da Sudesul:

A "SUDESUL" cederá todas as informações obtidas durante a execução do "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná", bem como uma coleção de todos os mapas, diagramas e gráficos em escala original. Caso sobrevier necessidade de utilização destas informações em outras atividades de sua programação, o "ESTADO" cederá cópia do que for preciso à "SUDESUL".

CLÁUSULA SEXTA: — Da Gestão:

A gestão administrativa e técnica fica a cargo do "ESTADO", observado o disposto na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SÉTIMA: — Dos Recursos:

Para a execução do objeto do presente Convênio a "SUDESUL" e o "ESTADO" se comprometem a contribuir pela seguinte forma:

a) — A contribuição da "SUDESUL" para a execução do convencionado neste ato será de Cr\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros), empenhados sob n.º 1127, em 30 de novembro de 1973, cuja despesa correrá à conta do Orçamento-Programa de 1973, classificada como segue:

PROGRAMA: Administração; SUBPROGRAMA: Planejamento e Organização; PROJETO: 01.08.1041 — Estudos Básicos de Planejamento Especial, Setorial e Regional; Elemento de Despesa: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros);

b) — A contribuição do Estado será de Cr\$ 787.000,00 (Setecentos e

oitenta e sete mil cruzeiros) e correrá à conta da dotação orçamentária n.º 2110.0108.2003 — Elemento de Despesa 3.1.4.0 — Encargos Diversos e Sub-Elemento 3.1.4.0.12 — Reparelhamento e Desenvolvimento de Programas, Serviços e Trabalhos Específicos.

Parágrafo Primeiro: — O pagamento da contribuição da "SUDESUL" prevista nesta Cláusula será efetuado ao "ESTADO" após a publicação do presente Convênio e obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S.A. em conta vinculada.

Parágrafo Segundo: — Os recursos entregues pela "SUDESUL" na forma desta Cláusula e porventura inaplicados reverterão aos cofres da mesma por ocasião da prestação final de contas.

CLÁUSULA OITAVA: — Do Laudo Técnico:

A Superintendência Adjunta de Operações da "SUDESUL", exercerá as atividades necessárias ao cumprimento do presente instrumento, bem como a emissão do laudo técnico previsto pelo Artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA NONA: — Para coordenar as atividades, objeto deste Convênio, o "ESTADO" indica a Coordenação de Planejamento Estadual, a qual ficará afeta às responsabilidades assumidas por aquela parte neste documento, inclusive a administração financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA: — Da Prestação de Contas:

A prestação de contas dos recursos recebidos pelo "ESTADO" na forma da Cláusula Sétima, será enviada à "SUDESUL" 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução, estabelecido na Cláusula Décima Segunda, com os documentos originais correspondentes e será organizada de forma contábil, observadas as exigências do Código de Contabilidade Pública e disposições correlatas, acompanhadas de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: — Até o dia 5 (cinco) de cada mês, o Grupo de Trabalho apresentará ao "ESTADO" e à "SUDESUL", relatório das atividades desenvolvidas no mês anterior, contendo inclusive a relação nominal do pessoal em serviço.

Parágrafo Primeiro: — Dentro de 15 (quinze) dias do término do prazo de execução mencionado na Cláusula Décima Segunda, será expedido pelo Grupo de Trabalho, na forma supra, um relatório final, detalhando os resultados alcançados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: — Do Prazo de Execução:

O prazo de execução do presente Convênio é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados de sua publicação.

Parágrafo Único: — O prazo mencionado nesta Cláusula poderá ser prorrogado de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: — Do Atestado dos Serviços:

O "ESTADO", por seu titular, ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal técnico, ou não, utilizado na execução do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: — Do Foro:

As partes elegem o Foro da cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Convênio.

E, por estarem acordem, mandaram que eu, (Assinatura Ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma datilografado em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (sinal público), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 31 de janeiro de 1974.

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente.
"ESTADO" — Dr. Emilio Hoffmann Gomes, Governador.

Testemunhas:

(Ass. Ilegível)

(Ass. Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 278-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 278-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de VILA ALTO, Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA — A existência de uma unidade escolar média em núcleos populacionais maiores e mesmo interioranos é uma premência dos tempos em que vivemos. Vila Alto possui uma população em idade escolar primária notável. Essa população jovem, se não lhe propiciarmos os meios para que possa prosseguir nos seus estudos, terá que infalivelmente contentar-se com a parca instrução primária, hoje insuficiente para poder levar uma vida para alcançar maiores oportunidades e proporcionar um trabalho em prol da nação, que se agiganta e procura dar maiores e melhores condições de bem estar a todos. Eis a razão de propormos o presente plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 278-70

Autor: Dep. WILSON FORTES

PARECER

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de Lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mas igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do

Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu aquele Poder tal prerrogativa, o fez, evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, — do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um município ou de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente Projeto de Lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em
(Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator — Vencido
(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 278-70
Autor: Dep. WILSON FORTES
P A R E C E R

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus —, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola. Indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembleia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:
"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescentem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mérito inicial público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Educação que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a Lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

E o PARECER.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

(Ass. ilegível) — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 278-70

AUTOR: DEP. WILSON FORTES

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por si só, não traz implicações de ordem financeira.

Parece-nos, porém, não entender a técnica legislativa, fazendo-se constar de seu corpo, o caráter autorizativo.

Obedecida essa norma, somos pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

P A R E C E R ao

PROJETO DE LEI N.º 278-70

AUTOR: DEP. WILSON FORTES

Assinado pelo Deputado Wilson Fortes, o presente Projeto de Lei visa a criação do Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama.

Do ponto de vista desta Comissão Técnica, entendemos que a iniciativa está em condições de ser aprovada.

Sala das Comissões, em de de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Rocha — Relator

(Ass. ilegíveis)

La DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162-71, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 162-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através da Secretaria da Agricultura, uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Para o cumprimento do artigo anterior, será consignado no Orçamento Geral do Estado, verba para esse fim.

Art. 3.º — O Poder Executivo fica autorizado a realizar convênios com a Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, objetivando a doação de terras para esse fim e outras providências que se fizerem necessárias.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 12 de agosto de 1971.

(a) Nivaldo Kruger

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 162-71

Autor: DEP. NIVALDO KRUGER

P A R E C E R

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mas igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu aquele Poder tal prerrogativa o fez evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem finan-

ceira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, — do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o Projeto de Lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um município ou de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente Projeto de Lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.71.

(Ass. ilegível) — Presidente

Cândido M. Martins de Oliveira — Relator

REJEITADO O PARECER

Cinco votos contra um

Designo novo Relator de acordo com o vencido

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 162-71

Autor: DEP. NIVALDO KRUGER

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, através da Secretaria da Agricultura, uma escola agrícola no Município de Laranjeiras do Sul".

PARECER

Na forma do disposto no § 5.º, Art. 60, do Regimento Interno, fomos designados para relatar o presente projeto de lei, tendo em vista o não acatamento do que foi exarado pelo Nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira.

Opõe o Nobre Deputado, em seu parecer, o texto da Lei 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino) que diz o seguinte em seu artigo 30:

"Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação".

Invocando o dispositivo, diz o Relator vencido que deveria o presente projeto ser convertido em requerimento a ser encaminhado à Secretaria de Educação.

Em primeiro plano, parece-nos que não compete à esta Comissão sugerir alternativas aos Nobres Senhores Deputados quanto às suas proposições, mas somente opinar pela sua legalidade ou não para instrução dos processos a ela submetidos. O julgamento sobre a eficácia da proposição seria assunto de plenário, onde cada Deputado, em convicção pessoal, expenderia seu voto analisando então a oportunidade ou não de transformação em lei.

Assim, definir a proposição como inócua nesta fase preliminar de instrução, seria impor um critério de julgamento do trabalho do Deputado por outros Deputados, abrindo um precedente que poderia provocar justa revolta dos criticados, para quem a Comissão de Constituição e Justiça estaria não opinando sobre legalidade mas agindo como árbitro de conduta parlamentar.

Analisamos a proposição, portanto, sob o único enfoque que nos parece permitido:

DA LEGALIDADE.

1. Propõe o plano de lei autorizar a Secretaria da Agricultura a criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul.

2. Diz o Art. 21 da Constituição Estadual que compete ao Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre matérias de competência do Estado".

3. Sobre iniciativas vedadas ao Poder Legislativo, a Constituição do Estado se refere em seus artigos 65 e 47, nos quais dá privatividade ao Executivo para proposições que impliquem em criação ou aumento da despesa pública.

4. Parece-nos que o plano de lei enquadra-se perfeitamente no espírito do Art. 21, por ser dirigido a matéria de competência do Estado, sem conflitar com os Arts. 65 e 47, por não envolver, objetivamente, criação ou aumento da Despesa Pública.

Se não, vejamos:

5. Tratando-se de lei autorizatória, propõe uma fase inicial que não im-

plica em nenhum dispêndio financeiro. Aprovada a lei, terá o Estado a opção de dispendir ou não a verba necessária, agindo, então, dentro de sua competência privativa. A lei autorizatória, portanto, oferece ao Estado a oportunidade para o investimento. Não cria ou aumenta a Despesa Pública.

6. Ultrapassado o aspecto constitucional, cabe ainda examinar o texto legal invocado pelo Relator vencido, ou seja, o já mencionado Artigo 30 do Sistema Estadual de Ensino.

7. Diz o texto que os estabelecimentos de ensino serão criados por Decreto do Executivo, por proposta da Secretaria de Educação. Aprovada a lei proposta, seria outra a forma de criação? Não bastasse isso, há ainda outro aspecto: mesmo que a lei pretendesse objetivamente não autorizar mas realmente criar a escola a que se refere, tampouco estaria cerceada esta Casa, por seus Deputados, de aprovar a proposição. Isto porque o texto do Sistema Estadual de Ensino dá um caminho para a criação dos estabelecimentos de ensino, mas não veda as outras vias para consecução do mesmo objetivo. Isto é: seria absurdo pretender que uma lei ordinária viesse restringir o poder genérico dado à Assembléia pela Constituição que é de "legislar sobre matérias de competência do Estado". O conhecimento básico da hierarquia das leis informa que aos poderes estabelecidos pela Constituição, só é possível cerceamento expresso dentro dessa própria Constituição.

Isso posto, e considerando a alta relevância da providência pretendida pelo Nobre Autor da proposição, somos favoráveis à sua irrestrita APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1972

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

PROJETO DE LEI N.º 162-71

Autor — Dep. Nivaldo Kruger

Natureza — Cria uma Escola Agrícola em Laranjeiras do Sul.

O projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, que o considerou constitucionalmente válido.

Quanto ao aspecto exclusivamente financeiro, não se pode negar que todo o investimento na área da educação é investimento altamente compensador. No caso, trata-se de aplicar recursos em escola de natureza técnica, para a formação de mão-de-obra especializada, precisamente o de que o Brasil mais necessita no momento.

Por esse motivo, o parecer é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

João Fadel — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 162-71

Autor — Dep. Nivaldo Kruger

Assinado pelo Deputado Nivaldo Kruger, o presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul.

Do ponto de vista desta Comissão Técnica, entendemos que a iniciativa está em condições de ser aprovada.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Rocha — Relator

Alvaro Dias

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 293-73. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que, às 15,30 horas, a Assembléia Legislativa receberá a visita do General Ayrton Pereira Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar, que virá apresentar suas despedidas do Comando da 5.ª Região. Solicito a presença dos Srs. Deputados no Salão Nobre para recepcionar S. Exa..

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.